

TRIBUTO A

GILBERTO DUPAS

José Serra



Foto: André Conti

Tive em comum com Gilberto Dupas algumas coisas, como a experiência no movimento estudantil, o engajamento no Governo Montoro e o envolvimento com políticas governamentais durante um período e, depois, no campo das ideias.

Falei de período em comum e gostaria de alongar-me aqui a esse respeito. Não convivi muito com o Dupas na Politécnica. Ele entrou nessa faculdade dois anos depois de mim, e isso, na universidade e na política estudantil, chega a parecer uma época.

Ele era de um grupo interessante, que reunia alunos de Engenharia que depois viraram economistas, de uma forma diferente da minha. Eu acabei estudando Economia porque, no exílio, não tinha muita chance de concluir engenharia e também porque me sentia mais atraído pela disciplina fundada por Antonio Serra, William Petty e Adam Smith. Aquele grupo era formado pelo Dupas –, Tales Procópio, Vladimir Rioli, Clovis Carvalho, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Carlos Passos, Flávio Próspero, todos integrantes da JUC e depois engajados na Ação Popular, da qual fui um dos fundadores, em janeiro de 1963. Eles viraram economistas trabalhando, depois de formados, no mercado financeiro, e não por meio de estudos formais. Todos muito inteligentes, com muita vida e entusiasmo, e que, em determinados momentos, à exceção do Tales, atuaram na vida pública.

Em 1962, quando ingressaram na Escola Politécnica, virei presidente da UEE; em 1963, da UNE, que eu comandava na época do golpe de 1964. Alguns começaram sua militância na política estudantil na Poli, depois na UEE, levados por mim. Depois do golpe de primeiro de abril e de muita perseguição, em julho de 1964, parti para o exílio, onde permaneci durante 14 anos, perdendo o contato com todos.

Depois do meu regresso, em 1978, pouco a pouco fui reencontrando cada um deles e com o Dupas desenvolvi uma relação muito especial. Em 1981, comecei a coordenar o programa do Franco Montoro para São Paulo, cuja eleição, no ano seguinte, era considerada praticamente certa.

José Serra é governador do Estado de São Paulo.

Entre outras iniciativas, formei um pequeno grupo para compreender melhor a economia do Estado e do governo, no seu conjunto e nos detalhes, secretaria por secretaria, empresa por empresa, da VASP à Emplasa.

Era um grupo que só pensava no que iríamos encontrar e no que deveríamos fazer no segundo dia de governo. Reunia três pessoas somente, além de mim, uma delas o Dumas. Sua contribuição foi inestimável. Ele tinha uma enorme capacidade analítica e de síntese, e facilidade para captar as questões essenciais de áreas que até então não conhecia. Eu diria que, ao lado do Eduardo Graeff, foi o apoio mais valioso que tive naquele período. Graças a esse trabalho, ao lado da colaboração de centenas de pessoas que se reuniam na casa da Rua Madre Teodora, pudemos começar bem o governo, devastado pela herança da administração anterior e sitiado pela crise econômica da época – estagnação mais superinflação. Dominávamos todas as questões principais, tínhamos as linhas de ação definidas para todas as áreas, sabíamos quais eram e que tamanho tinham os obstáculos para nossas ações.

Por sugestão minha, o Dumas ocupou uma das vice-presidências do Banespa, depois a presidência da Nossa Caixa e finalmente a Secretaria da Agricultura, sempre com muita eficiência e com enorme dedicação. Depois, fui para Brasília como deputado Constituinte, mais tarde senador. Nossa convivência tornou-se escassa e ele concentrou seus interesses na formação e na produção intelectual engajada, engajada no melhor e ambicioso sentido de compreender melhor o mundo e o Brasil, participando e formando grupos e instituições voltados para essa missão. Chegou também a arriscar-se no campo da ficção, e hoje mesmo eu folheava um dos seus livros de contos, tentando adivinhar se cada capítulo refletia suas experiências de vida, experiências de outros, ou era simples ficção.

Minha relação passada com o Gilberto Dumas explica a gentileza dos organizadores de me convidar para dizer aqui algumas palavras. Dentre tantas coisas relevantes para lembrar aqui, como homenagem à sua memória, e dentro do espírito de sua Introdução ao livro, gostaria de contribuir com algumas reflexões, sinceramente despretenciosas, sobre religião e política.

Não é um tema fácil porque provoca reações muito polarizadas, de uns porque defendem a total separação entre as duas; de outros porque, ao contrário, defendem a subordinação da política à religião ou desta à política; de outros, ainda, porque acusam esta religião de ser reacionária e enaltecem aquela outra como revolucionária; a outras, ainda, acusam de serem aliadas das chamadas classes dominantes. Sem dúvida todas essas concepções compartilham uma certeza: a de que a religião e a política são relevantes uma para a outra.

Essa relevância da religião para a política e vice-versa foi particularmente evidente no movimento estudantil da primeira metade dos anos 1960, tempo de enorme efervescência de movimentos políticos e até embriões de partidos, como foi a Ação Popular, de origem cristã, especialmente católica, juntamente com outros movimentos de origem protestante. Evidentemente, numerosos outros fatores, como as mudanças sociais e de crescimento urbano, a perda de fôlego do getulismo, e o impacto desproporcional das mobilizações estudantis, contribuíram para dar ao movimento estudantil da época um lugar ímpar na política nacional, hoje extremamente reduzido.

Para quem nasceu ontem ou não nasceu há mais tempo mas já esqueceu, a adesão estudantil, muitas vezes de “secundaristas” (como na época eram qualificados os alunos do ensino médio), era frequentemente um fator decisivo do sucesso de uma greve de bondes ou de ônibus – também não sei se ainda se pode falar de bonde, ou se seria mais apropriado dizer VLT. A verdade é que nunca os estudantes tiveram – e provavelmente não voltarão a ter – o grau de influência política e de mobilização que tivemos junto ao poder nacional durante os anos 1960.

O movimento estudantil, em grande parte refletindo tanto a politização da religião quanto uma certa importação de conflitos ideológicos e políticos para dentro das igrejas, ramificou-se no ativismo sindical – particularmente com as iniciativas de sindicalização rural, em que a Igreja Católica estava profundamente envolvida – na agitação cultural, particularmente no teatro e na música, na vida partidária, atuando em diversas “frentes” parlamentares e até mesmo na discussão da reforma universitária, algo mais ou menos em desuso entre os estudantes, mas que continua excitando a imaginação criativa, e em boa parte pirotécnica, da burocracia do MEC. Apenas para exemplificar, o Centro Popular de Cultura da UNE, secundado por outros CPCs, como o que criamos na UEE, teve uma papel decisivo na renovação da música popular, do cinema e do teatro no Brasil.

Isso levou a geração que participou desses processos – o que inclui o Dupas, como a muitos dos aqui presentes – a trazer para a vida pública um lastro intelectual, moral e cultural abrangente e inovador. Deve-se isso à religião, e especificamente à religião católica? Bem, sou religioso, mas diferentemente da maioria dos fundadores da AP, não pertenci à JUC, não entrei na política via agrupação religiosa. No caso da AP, no seu início, a resposta seria afirmativa. Entretanto, para uma ampla fatia da militância estudantil na época, seu engajamento se devia pouco ou nada à religião cristã, como os movimentos ligados ao Partido Comunista Brasileiro, que trouxeram para a vida pública sua bagagem intelectual própria.

Em suma, diria que a religião é um poderoso instrumento de formação de identidade, comparável talvez à ação da família, e um poderoso instrumento de mobilização de ideias e de ações, comparável à dos movimentos sociais. Pode ser também um notável instrumento de preservação de valores de convivência, ética e solidariedade. Mas para onde se voltam e a serviço de que ideias, é algo que depende do processo político muito mais do que da natureza da religião.

Gostaria de terminar com uma reflexão do grande escritor argentino Ernesto Sabato, com quem me identifico, em seu livro *A resistência*,¹ a respeito do impacto da perda da religião sobre a moralidade coletiva e a convivência humana, e sobre o desafio que isso coloca para a vida pública:

A religião perdeu sua influência sobre os homens, e algumas décadas atrás os mitos e as religiões pareciam definitivamente superados, com a generalização do ateísmo entre os espíritos avançados. (...) Hoje não temos uma narração, um relato que nos una como povo, como humanidade, e nos permita traçar o rastro da história de que somos responsáveis. (...)

O forte sentimento de orfandade que assola nosso tempo se deve à derrocada dos valores compartilhados e sagrados. Se os valores são relativos e aderimos a eles como ao regulamento de um clube esportivo, como eles poderão nos salvar em face da desgraça ou do infortúnio?

Ao que o próprio Sabato responde, mais adiante, na Quarta Carta: “Os valores comunitários”:

Devemos exigir que os governos dirijam todas as suas energias para que o poder adquira a forma da solidariedade, para que promova e estimule atos livres, pondo-se a serviço do bem comum, nunca entendido como uma soma de egoísmos individuais, mas como o supremo bem da comunidade.²

1. Companhia das Letras, São Paulo, 2008, Segunda carta: os antigos valores, p. 41-42 e 44.

2. *A resistência*, já citado, p.72.

Celso Lafer

I

Em 2008 – ano que soube da doença que tinha – Gilberto Dupas, entre muitas outras coisas, publicou um livro de ficção, *O incidente*, e deu um depoimento, para o Museu da Pessoa em 26 de agosto.

O incidente foi um mergulho, o segundo de Gilberto na experiência da criação literária. O enredo tem como cerne um grupo de turistas latino-americanos que, surpreendidos por uma tempestade e com idades acima de 40 anos e desconhecidos uns dos outros, fica preso num precário refúgio de madeira no topo de uma montanha. Em torno de uma fogueira que o guia do grupo acende, o grupo de desconhecidos, para preencher o tempo e lidar com o medo, instigado pelo guia, conta um episódio de suas respectivas vidas.

Nesses episódios os múltiplos personagens recortam facetas de suas vidas. Desta maneira, vão tratando da infância, do medo, da vaidade, do dinheiro, da culpa, da fragmentação, do carnaval, do futebol – na proximidade da condição humana que a situação-limite do isolamento provocado pela tempestade propiciou. A tempestade cessa, o grupo retorna ao ponto de partida da excursão e a vida de todos retoma o seu curso habitual.

O livro é uma metáfora do que Gilberto estava vivendo. *O incidente* era o inesperado da sua doença. Os personagens e as suas narrativas, a maneira que ele encontrou “para olhar para dentro, olhar para si próprio” (são palavras suas no acima mencionado depoimento de 28 de agosto de 2008, ao tratar da sua experiência da criação literária) e, deste modo, lidar com a multiplicidade de suas vivências diante de uma situação-limite que colocava em questão – provisoriamente no caso do seu livro de ficção – a normalidade e a regularidade da vida.

“A literatura é o esforço do homem para se indenizar pelas imperfeições de sua condição”, dizia Emerson. *O incidente* foi uma das maneiras criativas pela qual Gilberto enfrentou o acaso da doença que incidiu, inesperadamente, na sua vida.

II

O depoimento de 28 de agosto de 2008 é uma narrativa; nela, Gilberto “parou para pensar” os eventos, acontecimentos, acasos, experiências de sua trajetória de vida. A narrativa, diz Hannah Arendt, tem um potencial esclarecedor e organizador do significado daquilo que se passou. Tem também uma dimensão redentora. “Todas as penas podem ser suportadas se as colocamos numa estória ou se contamos uma estória sobre elas” é uma citação da escritora Isak Dinesen que serviu de epígrafe para um dos capítulos de *A condição humana*, de Hannah Arendt.

Gilberto tinha uma notável capacidade de exposição organizada, e o seu depoimento esclarece o significado do seu percurso. A dimensão da situação-limite que estava enfrentando não é ostensiva, mas está presente em surdina. É a referência ao romance de Dino Buzzati, *O deserto dos*

Celso Lafer é presidente do conselho editorial de Política professor titular da faculdade de Direito da USP.

tártaros, que ele leu duas vezes mas que receava ler uma terceira por medo de se desapontar. O livro de Buzzati é uma das “quatro esperas” que Antonio Candido discute e analisa em *O discurso e a cidade* (as outras três são o poema de Kaváfis, “À espera dos bárbaros”; o conto de Kafka, “A construção da muralha da China”; e o romance de Julien Gracq, *O litoral das Sirtes*).

O deserto dos tártaros conta a história de um jovem oficial destacado para uma fortaleza situada na fronteira, para além da qual se estende uma imensa planície – o deserto dos tártaros – do qual não vem sinal de vida, mas está impregnado de um perigo virtual e constante. O oficial passa a vida na fortaleza, mas o tal perigo não se materializa para comprovar o valor dos militares aquartelados. O tema que percorre o livro é o jogo da esperança e da morte. Trata de mortes reais e de mortes sonhadas. No final, o personagem dá-se conta de que sua morte era a grande aventura esperada. O desfecho, diz Antonio Candido, é um caso paradoxal do triunfo na derrota, a plenitude extraída da privação. Não é a morte teatral dos sonhos militares, mas da morte solitária e de sua glória intransferível. E Antonio Candido conclui lembrando Montaigne “que a firmeza na morte é, sem dúvida, a ação mais notável da vida”.

A citação de Montaigne provém de ensaio no qual trata do julgar a morte de outrem e é, sem dúvida, a substância do que todos nós – seus próximos – admiramos e reconhecemos na conduta de Gilberto, nos meses da sua doença. Foi essa coragem de, em vida, jogar xadrez com a morte – como no filme de Ingmar Bergman – que invoquei no meu artigo em *O Estado de S. Paulo* sobre Gilberto e no discurso que pronunciei por ocasião do seu sepultamento, lembrando das nossas conversas recentes e das explícitas menções a esta metáfora e indicando, também, inspirado pelas palavras do pe. Vieira, como ele “meteu tempo entre a vida e a morte” e buscou “morrer bem para morrer melhor”.

III

Em que medida o depoimento de Gilberto, de 28 de agosto de 2008, explica a sua conduta? “*What ultimately stills the fear of death is not hope or desire but remembrance and gratitude*”, afirmou Hannah Arendt (“O que, em última instância, aquietou o medo da morte não é a esperança nem o desejo, mas lembrança e gratidão”).

Daí, no depoimento, o significado da boa lembrança dos cheiros das madeiras – experiência de criança na serraria do avô – que aparece nos seus dois livros de ficção, como a da polenta na chapa, também na casa do avô, que igualmente está presente em *O incidente*, ou a das leituras, como mencionei ao discutir *O deserto dos tártaros*. O empenho do jovem de ser um bom jogador de futebol; o da política estudantil – a JEC e a JUC –; a mudança de Campinas para São Paulo; o ingresso na Poli; a passagem da Engenharia Mecânica para a Engenharia de Produção; os colegas e contemporâneos da faculdade e da política – Serra, Sérgio Motta, Luiz Carlos Mendonça de Barros –; o início da vida profissional; a experiência no Ipea; o trabalho no setor privado e no setor público no Governo Montoro (e a satisfação de seu pai por ocasião da sua posse como Secretário da Agricultura). São alguns outros exemplos da sua narrativa, na qual a lembrança desempenha o papel apontado por HA.

Gilberto fala no papel do acaso e dos imprevistos na sua vida, a começar pelo acaso fundamental que foi o seu encontro com Margarida, a que se segue o relato da vida da família e dos filhos.

Gilberto também discute o seu agnosticismo e a sua escolha convicta de viver a angústia da vida sem Deus. Não acredita numa imortalidade transcendente, mas acredita profundamente que

“quando você vai, ficam os teus gestos, as tuas relações, as tuas palavras, as pessoas com as quais você conversou, a tua marca fica”.

IV

Qual é a marca, que ele gostaria que ficasse, como se depreende do seu depoimento? É, como procurei mostrar no meu artigo em *O Estado de S. Paulo*, a de um “intelectual público” que se valeu da razão, imbuído, como diz no seu depoimento, do “princípio da responsabilidade”, de Hans Jonas, ou seja, a obrigação de manter o mundo habitável e de preferência melhor para as gerações futuras – e da leitura de Bobbio em *Destra e Sinistra*. Bobbio afirma que o homem de esquerda, hoje, olha, como aponta Gilberto Dupas, para a sociedade e diz que ela pode ser mais justa, e acha que para isso pode dar a sua pequena contribuição.

Uma vida profissional bem-sucedida no setor privado deu a Gilberto, nos últimos 12,/15 anos, condições de autonomia para exercer plenamente esta condição de intelectual público. Deu-lhe também o domínio do saber técnico, da vivência por dentro do que é o mundo do capital e, como diz no seu depoimento, uma melhor condição para a capacidade da crítica, não distanciada da realidade.

Com a mesma capacidade de enfrentar desafios diversificados que teve na sua vida profissional, dedicou-se a dar consistência à sua atuação de intelectual público, empenhando-se em leituras que lhe permitiram uma visão global dos males da sociedade, ou seja, do “parar para pensar” e questionar os pressupostos que conformam a vida moderna.

Além da integridade, do *fair play* na discussão, da abertura ao pluralismo das perspectivas que imprimiu à condução do Gacint, que ele criou, e a revista de *Política Externa*, da qual foi um notável editor, a marca registrada da originalidade da obra e da atuação de Gilberto como intelectual público foi, numa dialética de complementaridade, combinar o olhar metodológico do realismo do saber técnico e o coração utópico, de vocação ética, de uma visão geral, voltada para o Outro.

V

No fecho do seu depoimento-narrativa Gilberto aponta que sua vida poderia ter sido diferente, mas a cadeia de situações, acasos, imprevistos, ações e omissões permitiram a sua maneira de ser e que com ela estava satisfeito, pois o que ele fazia dava-lhe prazer e reconhecia que fazer o que dá prazer num mundo como o nosso era um enorme privilégio. Dessa maneira, na linha de Hannah Arendt, associou, na sua narrativa, a *lembrança* e a *gratidão*, que aquietam o medo da morte.

Logrou, ao parar para pensar o seu percurso, a *acquiescentia in se ipso* de que falava Spinoza (a concordância com o seu Ser) e, desta maneira, a firmeza na morte como a ação mais notável da vida, como apontou Montaigne.

Marcus Gasparian

Abrindo o exercício do pensamento sobre o ilustre amigo Gilberto Dupas, editor desta revista por quase dez anos, gostaríamos de ressaltar duas de suas qualidades ímpares que contribuíram para formar sua imagem como intelectual público. São elas a vigilância aos problemas do Brasil e do mundo e sua preocupação em devolver à sociedade o que dela ele recebeu. Atributos muito parecidos, aliás, com os do também economista Celso Furtado.

Essa preocupação constante em alimentar a sociedade de suas ideias e teorias, sempre visando o progresso social responsável, caracterizou Dupas como um intelectual que, além do aguçado espírito crítico, procurou sempre priorizar o diálogo.

Para Dupas, o exercício racional em busca da objetividade, recurso essencial do cientista político e social, era o chão de toda discussão. Seu objetivo sempre foi analisar todos os lados de uma questão equilibrando as reflexões sobre as relações internacionais com o saber técnico, adquirido em sua formação como engenheiro e economista. Suas reflexões sempre estiveram pautadas por uma preocupação em compreender os assuntos de interesse público, comprometendo-se a buscar uma visão global, sempre atento aos males da sociedade contemporânea. Empregou seu empenho em destacar respostas claras para devolver ao público a informação que nele observava e colhia.

Nos mesmos moldes, Dupas executou com brilhantismo a função de editor, tratando com imparcialidade, integridade moral, força de caráter, seriedade, consciência e ética os assuntos desta publicação. Deixou-nos de herança o exemplo de responsabilidade no tratamento dos fatos, a competência intelectual e a receptividade a todas as ideologias.

É surpreendente, no entanto, que Dupas não tenha atuado mais ativamente no setor público, pois sua atuação frente a Nossa Caixa e depois como secretário da Agricultura no governo de Franco Montoro foram excepcionais. Um dos maiores pensadores brasileiros na área econômica, Gilberto Dupas, com seu grande senso cívico, poderia ter colaborado ainda mais com o país nos mandatos governamentais que se seguiram, ampliando a transparência de suas teorias à esfera da totalidade. Com toda a certeza fomos, todos nós contribuintes, privados de um brilhante administrador da *res pública*.

Sob o espectro da ausência do querido amigo e exemplar profissional, realizamos esta edição da Revista Política Externa.

Marcus Gasparian é editor da Paz e Terra e sócio da livraria Argumento.

Maria Hermínia Tavares de Almeida

“Vivemos imersos em nossas circunstâncias, fruto da história individual e das permanentes surpresas do acaso. Essa circunstância define continuamente a única e inalienável base sobre a qual podemos caminhar, edificando nossas pequenas construções.”

Gilberto Dupas (2007)

Engenheiro de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Gilberto Dupas foi buscar na administração e na economia do desenvolvimento a formação pós-graduada, feita na USP, na Delft University (Holanda) e no famoso curso de especialização em desenvolvimento econômico da Cepal, em Campinas. Trabalhou no setor público (Ipea) e na área privada (como dirigente e consultor), em um organismo internacional (Banco Mundial). Ocupou cargos públicos quando o Brasil se democratizava: foi presidente da Caixa Econômica Estadual e secretário da Agricultura, durante o governo de André Franco Montoro, em São Paulo (1983-1987).

Mas quem o conheceu sabe que sua grande paixão foi a atividade intelectual, a que se dedicou com a disciplina, a compulsão metódica e o entusiasmo que lhe eram próprios. As preocupações intelectuais de Gilberto abarcavam grandes questões do presente, para as quais ele sempre buscou explicações estruturais, relacionadas à dinâmica do capitalismo contemporâneo. Publicou 12 livros, entre os quais duas obras de ficção, e organizou muitos outros. Alguns títulos revelam a amplitude de seus interesses: *Crise econômica e transição democrática* (1987), *Economia global e exclusão social* (2001), *Ética e poder na sociedade da informação* (2001), *Atores e poderes na nova ordem global* (2005), *O mito do progresso* (2006).

A biografia de Gilberto tem as marcas de uma experiência que não foi apenas individual, mas de parte de sua geração, que entrou na vida adulta mais ou menos à época do golpe militar de 1964 e viveu vinte anos sob o autoritarismo. Para além das diferenças individuais, as circunstâncias políticas, compartilhadas pelas gerações que se formaram nos anos de chumbo, tornaram difícil dissociar a vida intelectual do compromisso político com a oposição antiautoritária. Nessa experiência, os que, como Gilberto, se situavam na esquerda descobriram a importância das instituições democráticas e a necessidade de construí-las e protegê-las, fosse no sistema político, fosse no mundo intelectual e acadêmico. Gilberto foi dirigente estudantil e, mais tarde, um intelectual público. Criou e ajudou a manter instituições. Sua paixão intelectual pelas grandes questões mundiais animou o Instituto de Estudos de Economia Internacional, no qual frutificaram os projetos que deram origem a seus livros e artigos mais importantes.

Foi um colaborador da universidade. Como membro do Instituto de Estudos Avançados da USP, contribuiu para firmar aí um grupo de estudos da conjuntura internacional, que se transformaria no Gacint (Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Internacional), hoje vinculado ao

Maria Hermínia Tavares de Almeida é cientista política, vice-diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP e membro do conselho editorial da revista Política Externa.

Instituto de Estudos Internacionais. No momento de sua criação, a importância das questões mundiais para a agenda política doméstica apenas começava a ser reconhecida pela academia.

O Gacint, que reúne quinzenalmente professores da USP, PUC, Unicamp e Unesp, além de empresários, profissionais das relações internacionais e diplomatas, com distintas lealdades políticas, foi e é um lugar de debates acesos sobre os temas mais controvertidos da conjuntura internacional. Nessa medida, é uma ponte da universidade com os diferentes protagonistas de ação do Brasil no exterior.

Para seu êxito, Gilberto Dupas foi decisivo. Ele foi um coordenador que transmitiu ao grupo seu entusiasmo e vigor intelectual, transformando-o em um fórum de viva interlocução – pluralista e aberta. Sensível à necessidade de dar aos mais jovens formação atenta aos problemas de sua época, Gilberto defendeu sempre que os estudantes de relações internacionais pudessem assistir às reuniões do Gacint.

O Gacint não foi a única contribuição de Gilberto à USP. Por dois anos, ele participou do Conselho Deliberativo do Instituto de Relações Internacionais, criado em 2004. Foi um conselheiro assíduo, minucioso, exigente e construtivo, empenhado em ajudar o instituto a ganhar perfil próprio e densidade acadêmica. Os estudos internacionais na USP devem a Gilberto Dupas ter-lhe deixado algumas de suas (não tão) pequenas construções.

A configuração mundial do poder, a nova hegemonia norte-americana e novo Governo Obama*

Gilberto Dupas

Vamos investigar aqui algumas das questões fundamentais quando se discute as condições cada vez mais complexas de governabilidade mundial neste novo século. Apesar do duro legado do Governo W. Bush, agora dramatizado pela crise econômica mundial, parece claro que o mundo global não pode prescindir das eventuais virtudes hegemônicas de sua maior potência, mesmo porque tão cedo não haverá quem possa substituí-lo. A maior qualidade hegemônica é favorecer a governabilidade do sistema mundial reconhecendo diferenças, mediando crises e confrontos e possibilitando gestos simbólicos em direção às nações e povos atingidos por excessiva exclusão e precariedade. Se o novo Governo Barack Obama não conseguir que os Estados Unidos assumam o papel condizente com seu próprio poder, o que inclui antes de tudo a tolerância com as diferenças e a busca permanente de consensos, teremos grandes probabilidades de um século marcado pelas dores de um duro retrocesso. Não temos razões sólidas para supor que estaríamos no limiar de um abalo mais profundo que ferisse os fundamentos do sistema capitalista, os famosos “sinais do outono”. Mas parece ter crescido progressivamente o número de tensões que vão-se acumulando em meio ao caminho, e pretendemos aqui analisá-las.

A postura internacional dos EUA durante o Governo W. Bush teve efeitos complexos com relação ao futuro de sua condição hegemônica. A ação terrorista do 11 de Setembro, destruindo símbolos de seu poder econômico, militar e político, foi um trauma imenso para os norte-americanos. A suposição de uma privatização das armas de destruição em massa por grupos não estatais pode ser muito assustadora. Mas o 11 de Setembro não parece diferir muito de um atentado clássico. As armas foram aviões de companhias aéreas norte-americanas, em voo regular. Atos *kamikases* também não são novidades. No entanto, o impacto dos atentados foi tão violento que justificou o brado guerreiro: “Os que não estão conosco estão contra nós!”. Tratou-se de uma enorme escala retórica se a compararmos com a frase que Madeleine Albright gostava de repetir no Governo Clinton: “Nós voamos mais alto, vemos de cima, e sabemos o que é melhor para o mundo”. O trauma do 11 de Setembro foi tão profundo que não houve nenhuma resistência interna ao aumento massivo do orçamento da defesa implementado pelo governo. O forte apelo patriótico e a solidariedade resolveram a questão. No entanto, se olharmos um pouco para trás, desde os anos 1990 certa arrogância tem predominado naquele país, acentuada pela fantasia de

* Aula inaugural do bacharelado de RI – USP (05.03.09)

Francis Fukuyama de que o fim da História – sob a égide do triunfo americano – levaria o mundo inteiro a agir segundo seus preceitos e valores. Mas o período de unanimidade está terminando. Da mesma maneira que a economia americana é regida por ciclos mais amplos e brutais que os dos países europeus, o espírito público americano passa também por fases de grande arrebatamento seguidas por ondas de pesada autocrítica, como foi a guerra do Vietnã, agora culminando com a eleição de Obama.

A Doutrina W. Bush: origens e contradições

O maniqueísmo do bem e do mal sempre foi poderoso entre os norte-americanos. Por sua longa tradição democrática, os políticos precisam justificar seus objetivos de política externa primeiro dentro do país. E a manipulação da questão do inimigo, do poder imoral e quase satânico que ameaçaria os valores e a segurança da América vem sendo uma prática tradicional, como se viu na Guerra Fria. O discurso fundamentalista da equipe de W. Bush tem raízes mais profundas, até porque – após o colapso do império soviético – é inverossímil acreditar que Afeganistão, Coreia do Norte, Iraque e Irã pudessem de fato ameaçar os EUA. É preciso lembrar que as escolhas estratégicas dos Estados Unidos pós-11 de Setembro já estavam a caminho na campanha eleitoral para a sucessão de Clinton. Basta ler ensaios de Condoleezza Rice e Robert B. Zoellick, ainda em 2000, para verificar que aqueles conceitos republicanos para uma nova política externa norte-americana estavam todos presentes. É claro que os atentados provocaram a campanha contra o Afeganistão e o Iraque, com modificações consequentes no equilíbrio da Ásia Central e do Sul. Porém, o intervencionismo e o isolacionismo já eram claras tendências nas duas décadas finais do século passado. Vários conceitos vêm do Governo Clinton. O “eixo do mal” (Iraque, Irã e Coreia do Norte) são os mesmos “Estados bandidos” (*rogue States*) de Clinton. Com a grande ação terrorista Bush pôde mostrar-se de corpo inteiro. Em artigo ao *The New York Times*, Bill Keller fez um balanço do que seus pares conservadores achavam de Bush. Eles julgavam-no essencialmente um moralista, cujos ataques de setembro trouxeram à tona o missionário, “convertido do álcool e da vida desregrada, para Deus e para a vida doméstica”, o qual achava que todos são capazes de fazer o mesmo. Keller classifica o moralismo de Bush ambicioso e messiânico, “convencido de que o maior projeto dos Estados Unidos é combater o mal e implantar o que chama de ‘valores universais’ em todo o mundo”. Norman Podhoretz, influente autor conservador, acredita que o objetivo estratégico do presidente era “mudar o regime de seis ou sete países e criar condições que levassem à reforma interna e à modernização do mundo islâmico”. Tratar-se-ia, obviamente, de um objetivo arriscado e prepotente, que nos remete a uma discussão sobre responsabilidades hegemônicas que farei mais tarde.

O que o 11 de Setembro permitiu foi a aceleração de um rumo já traçado pela administração Bush, permitindo escolhas estratégicas mais agressivas na “guerra contra o terrorismo”. Nessas novas ações ofensivas, Washington enfatizou apoios e coalizões, mas isso não era um pré-requisito para a operação. A “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos” encaminhada ao Congresso por Bush deixava claro que seu governo pretendia agir preventivamente contra atos de terrorismo e que “não vamos hesitar em agir sozinhos”. É o que, de alguma forma, já havia ocorrido na Guerra do Golfo e no Afeganistão. Alguns falcões do Pentágono – mas, principalmente Rumsfeld e Wolfowitz – eram contra uma colaboração europeia, com envolvimento da Otan, que introduziria considerações diplomáticas ou políticas em detrimento da eficácia operacional.

No entanto, uma parte dos militares achava que as restrições às ineficiências das operações de campo vinham do próprio Pentágono e de sua imensa burocracia.

O ataque aos EUA deixou à mostra as condições das alianças norte-americanas na região de influência islâmica. Paquistão, Egito e Arábia Saudita, que forneceram o grosso dos militantes do Al-Qaeda, eram considerados aliados dos Estados Unidos; o Irã, que aparentemente não forneceu nenhum, foi acusado de principal suporte do terrorismo. A China, considerada a ameaça do século XXI, deixou de sê-lo. A radicalização do terrorismo parecia mais um fenômeno interior ao Ocidente e a seus aliados próximos (Arábia Saudita e Paquistão) do que exportação do “eixo do mal”. A maior parte dos integrantes do Al-Qaeda foi de “re-islamizados” ou veio do Ocidente; hoje encontram-se santuários terroristas em New Jersey e nas periferias londrinas e parisienses.

As reflexões sobre as raízes profundas do terrorismo continuam bloqueadas entre os americanos. São sumariamente rejeitadas associações com a humilhação vivida pelos árabes, o conflito Israel-Palestina e a ação norte-americana contra o Iraque. Havia duas ideias fixas: o suporte absoluto a Israel e a obsessão de derrubar Saddam Hussein acertando velhas contas, ainda que ao preço de levar a região ao caos e promover hostilidades entre europeus. A relação entre terrorismo e pobreza também sempre foi rejeitada, já que ele tem vindo de classes médias ocidentais. Não se cogita da ideia da solidariedade ideológica com os pobres, das cicatrizes da colonização, a imigração e da marginalização, nem das realidades presentes no Oriente Médio. Como o radicalismo se alastrou entre muçulmanos que vivem no Ocidente, também foi eliminada a hipótese de que o apoio a regimes autoritários (Argélia, Arábia Saudita e Tunísia) bloqueia o desenvolvimento de um Islã moderno e liberal. Sobrou, então, a questão culturalista do tipo “o problema é o Islã”. Os americanos achavam, de maneira simplista, que a solução pode ser alcançada, em alguns anos, com o uso da força e de ações políticas concretas. A tese principal seria a incompatibilidade do Islã com os valores da América. Daniel Pipes, por exemplo, fazia ligação entre imigração e terrorismo, apoiava as medidas anti-imigração europeias e introduziu a questão do crescimento demográfico palestino e da comunidade muçulmana nos Estados Unidos. São teses assemelhadas às da extrema direita francesa e austríaca.

A Doutrina W. Bush assumiu parte dessas ideias ao radicalizar o discurso contra os “inimigos”, como consta da “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos” enviada rotineiramente pelo governo ao Congresso. Ela afirmava ser o terrorismo tão ilegítimo quanto a “escravidão, a pirataria e o genocídio”, e dava-se ao direito de “agir sozinho” de maneira preventiva e antecipada em qualquer lugar no mundo, deixando claro que “nunca permitirá que outro país desafie sua superioridade militar”. Por outro lado, falava em “apoiar os governos moderados, especialmente no mundo muçulmano, para assegurar que as condições e ideologias que promovem o terrorismo não encontrem terreno fértil em nenhuma nação”, o que permitiu espaço não para atacar indiscriminadamente o Islã, mas para apoiar o “bom” Islã contra o “mau”. O problema central está contido no maniqueísmo ultrarredutor e implícito à definição de “bem” e de “mal”, associado a atitudes belicosas unilaterais. A respeito da nova doutrina, em editorial de setembro de 2002, o *The New York Times* advertia que “quando essas estratégias belicosas se convertem no tema dominante da conduta americana, a nação corre o risco de afastar de si os amigos e solapar justamente os interesses que Bush procura proteger. Líderes fortes e confiantes não precisam ser arrogantes. Na verdade, a arrogância subverte a liderança eficiente. (...) Bush precisa tomar cuidado para não converter os EUA em uma fortaleza que inspire a inimizade, em vez de inspirar a inveja ao mundo”.

A proposta de Wolfowitz, ex-secretário adjunto de Defesa, era desenvolver um Islã moderado e liberal, compatível com as aspirações dos que vivem no Ocidente. São ideias que se oporiam ao *crash* de civilizações, no pressuposto de que haveria uma só civilização, sendo o resto barbárie. Wolfowitz dizia que é preciso pôr de pé o Islã moderado, isolando o radical, e mover uma guerra ideológica contra os radicais – como foi feita contra o comunismo – envolvendo intelectuais, artistas e sindicatos. Tratava-se de uma nova guerra de propaganda e de uma engenharia social que promoveria os valores da administração americana: democracia, direitos dos homens, livre comércio, livre iniciativa. O pressuposto, mais uma vez, é de que o monopólio da verdade faz esses valores universais. Clinton colocou, então, a seguinte questão: “Podemos ser donos da verdade inteira, ou devemos nos unir a outros na busca pela verdade?”.

Apesar de aparentemente bem articulada em torno da “nova doutrina de segurança”, a política dos Estados Unidos nos anos W. Bush – examinada de maneira mais rigorosa – parece uma colcha de retalhos de decisões anteriores ao 11 de Setembro, envolvendo considerações ideológicas, interesses contraditórios e voluntarismo moralizante. Ocultando-se sob um discurso de valores, ela se apresentava revestida de uma coerência que não se sustentava. Esse discurso tentava mascarar e conciliar componentes contraditórios. Com isso, induzia os outros países e forças públicas a ratificar certos princípios difíceis de rejeitar de imediato e tentava criar espaço para a força bélica norte-americana – logística e financeiramente auto-suficiente – operar livremente em qualquer parte do mundo, em intervenções pontuais. O rescaldo da ocupação, política e operacionalmente muito complexo, era deixado – sempre que possível – a cargo dos europeus ou de organizações internacionais. É o caso do Kosovo, do Afeganistão e da Palestina. E, talvez agora, do Iraque.

A nova moral hegemônica definia os campos com muita clareza. De um lado, “o direito e a democracia”; de outro, “as forças do mal”. O que significa a volta a uma retórica maniqueísta que redivide o mundo entre “bons” (aqueles que estão com os EUA) e “maus” (aqueles que estão contra ou hesitam). Na realidade, para além do aparente monolitismo desses conceitos, essas categorias transitórias são fortemente impregnadas de *Realpolitik* em virtude dos “interesses superiores da nação”. Essa situação criou espaços e margem de manobra para os atores regionais acomodarem seus objetivos. Um triste exemplo é a situação do Oriente Médio. Em todo o período subsequente à criação do Estado de Israel e ao início do conflito entre palestinos e israelenses, os Estados Unidos mantiveram grande influência sobre a região na condição de grandes operadores da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial e fiel depositário do novo equilíbrio ocidental ao redor das instituições de Bretton Woods. Embora mais identificados com os interesses de Israel – e acusados disso muitas vezes pelos grupos palestinos –, ainda assim sucessivos governos norte-americanos empenharam-se para evitar uma situação muito crítica na região, inclusive na época da Guerra Fria. Bill Clinton esteve prestes a arrancar um acordo que poderia ter posto fim ao conflito. Ehud Barack havia quebrado um tabu ao oferecer a divisão de Jerusalém, mas Yasser Arafat – pressionado no seu *front* interno e com pouco espaço de manobra – acabou não viabilizando um entendimento. No entanto, a situação internacional norte-americana após os atentados de 11 de Setembro foi profundamente danosa para o Oriente Médio. A radicalização do discurso de Bush sobre a questão terrorista deu pretexto a um brutal endurecimento do regime de Israel, perdendo os Estados Unidos legitimidade para funcionar – senão como árbitro –, pelo menos como capaz de conter os impulsos agressivos de parte a parte, especialmente de Israel. Sharon considerou-se, então, livre para tentar liquidar – à sua maneira – a autoridade palestina e, a partir daí, a situação só se deteriorou. Outros atores regionais procuraram adaptar seus interesses a

essas novas circunstâncias da lógica do poder mundial. Alemães e japoneses aproveitaram a oportunidade para se livrar das últimas restrições dos acordos de pós-guerra que limitavam o investimento militar. A Inglaterra movimentou-se rapidamente para o espaço de grande aliado dos EUA na Europa, deixando claro a franceses e alemães que não aceita um papel secundário nas discussões centrais na nova Europa. E a Rússia, enquanto flertava com o “eixo do mal” fazendo acordos comerciais com o Iraque e a Coreia do Norte, negociava “apoio” norte-americano para suas estratégias agressivas na Tchetchênia e na Geórgia.

Na verdade, o sentimento de brutal fragilidade despertado pelos atentados aos EUA revelou um país violentamente defensivo e sem projeto sistêmico ou de governança global, papel inalienável da sua condição hegemônica. Mas há outra importante faceta dessa questão. A nova Doutrina W. Bush também foi uma resposta à globalização. Fazendo desaparecer o espaço de ação dos Estados nacionais, a globalização destruiu o conceito de espaço estratégico. Sobrou muito pouco para negociar em termos de territórios, de esferas de influência ou de interesses vitais com a perda de autonomias nacionais. Como se pode negociar – ou dissuadir – os novos terroristas se eles não representam Estados e não têm nada a perder nem senhores a quem dar satisfação?

Os complexos caminhos da hegemonia norte-americana

Nações hegemônicas sempre defenderam teses que interessam mais a si próprias que ao sistema de nações sobre o qual exercem seu controle. Mas é condição de exercício da hegemonia que os países que são parte do sistema achem que essas teses também lhes interessam de alguma forma. Caso contrário, a hegemonia teria de ser substituída por coerção. É esse o perigo que os Estados Unidos correram no momento em que teses unilaterais dominaram as ações da grande potência mundial. Analisando os ciclos hegemônicos, Fernand Braudel constatava que, sempre que os lucros do comércio e da produção se acumulavam além dos canais possíveis de investimento, este era um “sinal do outono”. As expansões financeiras daí decorrentes provocavam duas tendências complementares: hiperacumulação e competição intensa por capital. Expansões do comércio e da produção muito rápidas e lucrativas geravam forte concorrência e, por sua vez, tendiam a acumular lucros superiores à capacidade de investir. A consequência era o crescente acúmulo de rendimentos e a criação de uma grande liquidez. As taxas de retorno em queda na atividade comercial e de produção geravam restrições orçamentárias que aumentavam a competição pelo capital e poderiam elevar as taxas de juros. Nesses processos, fortes redistribuições de renda aconteciam a favor dos detentores da liquidez, sustentando uma atividade financeira divorciada da produção.

As expansões financeiras inflavam temporariamente o poder do Estado hegemônico em declínio, pois ele mantinha o acesso privilegiado da liquidez que se acumulava nos mercados financeiros mundiais. Essas expansões de liquidez, no entanto, acabavam transferindo o capital para novos sistemas emergentes com maiores perspectivas de segurança e lucro que os dominantes até então. Na transição, a crescente desorganização sistêmica diminuía o poder de ação da potência hegemônica em crise e aumentava a demanda por governabilidade mundial a quem pudesse oferecê-la. Se surgissem novas estruturas governamentais e empresariais com maior competência organizacional, estariam abertas as condições para uma nova hegemonia. Esses padrões de repetição – hegemonia levando à expansão, expansão ao caos e caos à nova hegemonia – verificaram-se nas transições hegemônicas do passado.

Os holandeses haviam construído a sua liderança como mercadores e não como soldados. No entanto, três guerras sucessivas contra os ingleses entre 1652 e 1674 os obrigaram a aceitar o monopólio britânico na navegação e ceder o controle do tráfico de escravos na África Ocidental. Isso fez os portos ingleses superarem Amsterdã; e suas indústrias cresceram rapidamente com a ajuda do mercado triangular no Atlântico (escravos, matérias-primas e manufaturas). Derrotada a ameaça francesa nos mares e depois em terra – na desastrosa campanha russa de 1812 – o espaço estava livre para a imposição da *Pax Britannica* com o Tratado de Viena (1815), que conduziu a Europa a uma paz de cem anos (1815-1914). A concepção inglesa de equilíbrio do poder foi construída devolvendo parte das Índias Orientais e Ocidentais à Holanda e França, colocando-se como protetora do comércio marítimo, liberalizando unilateralmente seu comércio, barateando o custo de produtos essenciais e criando meios de pagamento para a compra de produtos industrializados ingleses. Com isso, um número crescente de países pôde se encaixar numa benéfica divisão internacional de trabalho que preservava a centralidade comercial inglesa.

A derrota de Napoleão já havia alterado radicalmente as relações de força na América do Norte, permitindo aos colonos abrirem mão da proteção inglesa e preparar sua independência. Nas guerras do final do século XIX, por sua vez, técnicas de produção em massa foram aceleradas, a partir da Guerra da Crimeia, com uso do sistema de fabricação americano de usinagem automática, exibido na Grande Exposição de Londres, em 1851. O navio a vapor mudou a lógica militar. E o mundo ficou repleto de nações industrializadas.

Já no século XX, quando a Primeira Guerra Mundial começou, o custo das vitórias que contiveram a Alemanha precipitou o declínio inglês em favor dos EUA. Assim que liquidaram sua dívida com a receita das armas, a liquidez americana se converteu em empréstimos domésticos e internacionais em grande escala. A Segunda Guerra fez despertar o poder mundial centrado nos Estados Unidos, liquidados temporariamente Alemanha e Japão e enfraquecidas a Inglaterra e a França. Concebida por Roosevelt, a ordem mundial norte-americana pós-guerra estava imbuída da mesma ideologia de segurança que havia impregnado o seu *New Deal* interno. A ONU e o FMI tornaram-se o núcleo de um governo mundial dominado pelos EUA. Truman conseguiu utilizar-se plenamente do pretexto da Guerra Fria para concretizar uma visão “livre-mundista” voltada contra o perigo soviético. A partir de 1970, com a humilhante derrota no Vietnã e sintomas de crise no sistema monetário centrado em Bretton Woods, a hegemonia americana apresentou alguns sinais de perda de dinamismo. Mas a surpreendente derrocada soviética deu-lhe novo ímpeto.

Cada reorganização do sistema de poder mundial havia acarretado mudanças nas relações entre o capital e o Estado. A concessão de monopólio esteve na base da enorme acumulação tanto nas companhias de comércio e navegação holandesas do século XVII como nos fabricantes ingleses do século XIX. Já a grande empresa verticalizada vinda da tradição fordista do início do século XX sofreu uma revolução a partir dos anos 1980, com a tecnologia da informação permitindo o fracionamento das cadeias produtivas globais, e a flexibilização da produção a partir das parcerias e terceirizações utilizando os novos conceitos de redes. A empresa transnacional norte-americana, tal como sua ancestral mercantil, tem desempenhado papel fundamental na ampliação e manutenção do poder norte-americano. As análises sobre a natureza do enorme *deficit* comercial norte-americano deixavam claro que ele é provocado pela imensa dispersão da atividade produtiva das empresas sediadas no país – que exportam mais a partir de suas filiais externas do que de sua sede continental – e não, obviamente, por problemas de competitividade. A vitalidade das corporações globais é intensa. Mas a enorme concentração e a transnacionalização dessas empre-

sas e do sistema financeiro geraram um sistema global pouco sujeito à autoridade estatal e com poder sobre as nações mais poderosas do mundo, diminuição dos empregos, piora do perfil de renda e *deficits* externos estruturais crescentes nos grandes países da periferia. Os graves problemas dos cidadãos, que provocam demandas locais, vão-se distanciando cada vez mais da possibilidade de ação dos mecanismos estatais, ocasionando crescente perda de capacidade reguladora desses Estados nacionais.

A anatomia do capitalismo e suas crises

Os conflitos entre capital e trabalho são estruturais e permanentes. Em Bretton Woods aceitou-se que os governos usassem políticas monetárias como instrumento de redução do desemprego. Truman acreditava que o conflito capital-trabalho poderia ser domesticado pela aplicação vigorosa dos novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

No passado, como lembram Beverly J. Silver e Eric Slater, as transições hegemônicas haviam convivido com crescentes conflitos sociais. Eles moldavam, em meio aos colapsos, os pactos sociais que sustentariam a nova hegemonia. Atualmente, os Estados Unidos controlam o poder militar; o Japão e os chineses de além-mar detêm a liquidez; e a República Popular da China possui a mão-de-obra barata, alta produtividade industrial, grandes reservas e é sócia essencial do capitalismo global. Esse arranjo estrutural sem precedentes, que parecia manter em relativo equilíbrio as estruturas de poder mundial, foi atropelado pela crise econômica global e torna mais complexa a investigação do eventual declínio hegemônico norte-americano.

Mas uma questão de fundo se sobrepõe a essa análise. Há sinais de crise sistêmica e estrutural no capitalismo global? Sabemos que estudar o capitalismo é investigar a morfologia dos seus ciclos e crises. Sua história é uma alternância entre otimismo e desalento, crescimento e recessão, a depender da qualidade das regras e instituições presentes em cada uma dessas etapas. A proposta do pós-guerra, influenciada por ideias keynesianas, era constituir uma nova ordem internacional propiciando amplo raio de manobra para políticas nacionais de desenvolvimento. Seguiu-se a era dourada das décadas de 1950 e 1960. Em 1971, no entanto, Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro. Uma de suas consequências foi a profunda redução do poder de compra dos países exportadores de petróleo, em razão da erosão do dólar. A alta de preços provocada pelo cartel do petróleo em 1973, e agravada em 1979, provocou ondas depressivas na economia mundial, especialmente nos importadores de petróleo, que tiveram de arcar com um forte endividamento para manter equilibradas suas reservas. A abundância dos chamados petrodólares facilitou a reciclagem financeira desses países mediante crédito fácil. Mas a adoção da taxa de juros flutuantes, junto com o crescimento das dívidas, introduzia um fator importante de instabilidade no cenário.

O declínio do “consenso keynesiano” resultou na elevação das taxas de juros americanas em outubro de 1979. A partir daí, cresceu o patamar inflacionário geral, criou-se o euromercado pelo excesso de dólares e, finalmente, substituiu-se o regime de taxas fixas de câmbio pelo câmbio flutuante. A primeira grave crise internacional dos anos 1980, iniciada com o colapso da dívida externa latino-americana, tem a ver, pois, com o novo nível de estoque dessa dívida, agravada, principalmente, pela decisão dos EUA de aumentar fortemente os juros. No período 1981-1990, por conta de profundos ajustes recessivos, o crescimento da renda *per capita* da América Latina foi negativo. No final da década, reconhecendo a incapacidade de pagamento de vários países, os Estados Unidos lideraram no G-7 os planos Baker e Brady e operaram descontos no valor nominal e nos juros dos empréstimos contraídos durante a década.

Os anos 1980 inauguraram a era dos mercados financeiros livres. A afirmação da supremacia dos mercados gerou uma onda de crises que varreu as duas décadas seguintes e permanece até hoje. Ela iniciou com o *crash* da Bolsa de Valores em 1987, continuou com a quebra dos mercados imobiliários em 1989, o colapso da Bolsa de Tóquio em 1990, os ataques especulativos às moedas fracas europeias em 1992 e 1993, e a crise dos bônus americanos em 1994. Nesse mesmo ano, a grande volatilidade dos fluxos internacionais acabou tendo um duro teste na crise cambial mexicana no final de 1994, provocando efeitos regionais perversos na Argentina e no Brasil. Mais para o final da década, veio a crise asiática, provocada por uma reversão do fluxo internacional de recursos aos países da região, abundantemente irrigados por financiamentos e investimentos em virtude de seus desempenhos econômicos considerados até então diferenciados. Seguiram-se desvalorizações intensas na Tailândia, Malásia e Coreia, com repercussões em toda a área. Em seguida veio a crise russa, que se superpôs à segunda fase da crise asiática e foi coroada com a moratória de 1998. Finalmente, a década terminou com nova crise brasileira. Em 2001 estourou o colapso argentino, após anos de estrito cumprimento das recomendações das instituições internacionais, obrigando o país a abandonar a paridade, provocando uma desvalorização de 200% em sua moeda e o desmoronamento do seu sistema financeiro. Ao mesmo tempo a Turquia entrava em forte declínio, exigindo rápido suporte do FMI para controlar uma situação precária da qual não saiu até agora. Depois o Brasil passou a ser a grande fonte de preocupação mundial, não só pela fragilização dos seus fundamentos, mas, principalmente, por efeito da turbulência das eleições presidenciais que elegeram Lula e que levantavam suspeitas que mostraram-se sem sentido.

As grandes questões sem resposta

Hobsbawm acha que a doença ocupacional de uma superpotência é a megalomania; e que os Estados Unidos terão de aprender as limitações de poder, como os ingleses o fizeram no século XIX. Mas a crise econômica que sucedeu ao estouro da “bolha tecnológica” na Bolsa de Valores norte-americana, com repercussões em todo o mundo, acrescenta um ingrediente novo e faz algumas questões de fundo se colocarem. Estaríamos diante de sinais de declínio da hegemonia norte-americana, tal como ocorreu com a holandesa no século XVII, ou com a britânica ao final do século XIX? Por outro lado, será que o mesmo modelo de nação hegemônica, organizadora e reguladora do espaço, continuará a prevalecer na era da informação? Estaria a despontar da atual turbulência global uma nova estrutura hegemônica? Ela seria da mesma natureza da que foi rompida?

Fernand Braudel dizia que não há capitalismo vigoroso sem um Estado forte que esteja a seu serviço. Atualmente, os imensos fluxos de capital privado e a lógica dos blocos regionais impõem restrições cada vez mais rigorosas às políticas econômicas. No entanto, teria sido muito diferente de hoje a relação básica entre Estados e grandes corporações nos ciclos hegemônicos anteriores? Mais do que em qualquer outro período da história econômica, as tentativas de estabilizar o crescimento econômico estão severamente limitadas por uma total anomia e pela perda de capacidade regulatória das instituições internacionais. E a confiança na inovação tecnológica como motor da acumulação capitalista foi temporariamente posta em dúvida, pelo colapso do preço das ações das empresas de tecnologia de ponta, que havia justificado expectativas absurdas de taxas de retorno de investimentos, criando um estado de exaltação inconsequente quanto ao futuro do capitalismo. Será possível aos EUA – com a ajuda dos órgãos internacionais fortemente depen-

dentes de sua influência (ONU, OMC, BIRD e FMI) – reconstruir um poder regulatório da ordem mundial, incluindo nesse poder os fluxos financeiros globais que, em sua brutal autonomia, movimentam-se aos solavancos, provocando enormes danos e tumultos nos países mundo afora?

A crise, o novo governo americano e a configuração mundial do poder

A crise sistêmica desencadeada a partir de setembro de 2008 questionou alguns dos fundamentos do capitalismo global. A partir dos anos 1980, o fim da polarização ideológica e o acesso aos mercados globais haviam levado a uma profunda transformação na política e na economia. Os Estados nacionais tornaram-se atores mais frágeis e as grandes corporações globais impuseram seu estilo de busca de lucro a qualquer preço, operando nas zonas cinzentas do mercado e fragmentando sua produção mundial. Esse foi, aliás, o caminho da incorporação da China ao processo capitalista, do qual se tornou parceira muito relevante e a mais recente florescência do modelo americano. As questões relativas à regulação passaram a ser rejeitadas, representando indesejáveis resíduos arcaicos que tentavam limitar o vigor do capitalismo vencedor. A crise atual provocou uma reviravolta momentânea nesses conceitos. Neoliberais viraram keynesianos e governos democráticos dos países líderes mundiais alocaram volumes equivalentes a quase 20% dos respectivos PIBs para socorrer bancos e empresas submetidas à gestão temerária, sob a justificativa parcialmente verdadeira de que estão protegendo casas, poupanças e empregos da população. Enquanto isso, Alan Greenspan pedia desculpas ao mundo por não ter percebido que o mercado havia virado um cassino e exigia controles.

A erosão da confiança dos cidadãos em seus dirigentes e nas instituições políticas é o principal problema das democracias atuais. O individualismo se exacerbou, a esfera pública erodiu-se e os interesses privados se impuseram nos altares do mercado. As segundas hipotecas e os *subprimes* só ocorreram porque os cidadãos norte-americanos foram induzidos ao consumo conspícuo pela propaganda, supondo que a escalada absurda de preços dos seus imóveis seria permanente. O mundo macroeconômico havia entrado numa fase de alta complexidade onde dominam opiniões tecnocráticas muito distantes da sensibilidade do cidadão-consumidor; o capitalismo financeiro global aproveitou-se disso e vendeu-lhe fantásticas miragens.

A crise também tem a ver com o mundo vivendo acima dos seus meios. A era da abundância em recursos naturais já havia terminado há dez anos. Cientistas respeitáveis alertavam que mais alguns passos da humanidade na direção errada e a degradação ecológica poderia ser irreparável, vitimando gerações futuras. Mas o poder econômico continuava garantindo que as novas tecnologias “dariam um jeito”. A questão é: de quem são as escolhas, e a quem elas beneficiam? Como conseguir uma mudança radical de modelo de produção, com a redução do consumismo desenfreado e do sucateamento, se o mercado livre é a lei e os grandes atores econômicos têm total liberdade de definir a direção dos vetores tecnológicos? Alguém acredita que o próprio mercado possa se autorregular? Quem será capaz de enfrentar a batalha gigantesca de reconversão da lógica privada de produção em nome do futuro da civilização?

Howard Davis, diretor da Escola de Economia de Londres, descreve o kafkiano conjunto de uma centena e meia de entidades e comitês internacionais que até aqui faziam de conta que controlavam o sistema financeiro internacional. E defende regras duras para amarrar as partes soltas do sistema, incluindo seus buracos negros e a exigência aos bancos de comportamentos

contra-cíclicos como capitalização obrigatória, quando os preços de mercado atingem valores acima das médias.

A crise iniciada em 2008 pelo colapso do sistema financeiro pode, de fato, gerar uma nova era de regramento do lado desenfreado do capitalismo global? Quem serão seus agentes? Políticos movimentam-se de forma hiperativa, outorgando-se poderes de épocas de guerra; mas ainda estão tão perdidos como os economistas e intelectuais. Suas posições oscilam entre a antevisão “das folhas de outono” do fim do capitalismo até a assunção de que esta é uma mera crise de ajuste e será resolvida com certa socialização de prejuízos e alguma regulação. Mas a sua verdadeira natureza é tão complexa que conduz a uma cegueira relativa. Ulrich Beck diz que o comportamento atual das autoridades mais lhe parece o daquele bêbado que procura sua carteira perdida em meio à noite escura com o facho de uma lanterna. Ao ser perguntado, “É mesmo aqui que você a perdeu?”, ele responde, “Não mas a luz dessa lanterna me permite ao menos continuar procurando”. Beck lembra que risco e dano não significam necessariamente catástrofe, mas a percepção dos seus efeitos futuros em áreas críticas como clima, finanças ou terrorismo, instaura um estado de exceção ilimitado que transcende a escala nacional para a dimensão universal. O problema é que a legitimidade de uma ação cosmo – política face às crises globais depende muito do foco das mídias, que só as abordam quando elas viram catástrofes.

Em suma, essa crise tanto pode ser de fundamentos quanto de forma; ou de ambos. Muitas águas ainda rolarão sobre as escoras do capitalismo global; e algumas dessas escoras ainda podem cair com a força das correntes. Estruturas e equilíbrios de poder irão se alterar tanto na política como na economia, e muito exigirão de seus atores principais. Especialmente de Barack Obama, tido como analista frio e construtor de consensos. Porém, sua equipe é apenas uma reconstituição completa da época Clinton, com alguns toques do Bush e dos jovens seguidores de Obama. Esperava-se por mudanças mais radicais, mas a ética da convicção outra vez cede à ética da responsabilidade. Bastará para o tamanho do desafio? Obama já respondeu às críticas de sua ala mais à esquerda que clamava por mudanças com uma frase emblemática: “A mudança sou eu!”

E o que pode mudar no papel estratégico da América Latina? Em editorial recente, o NYT falava de uma oportunidade única para o novo governo incrementar laços com uma região que supre os EUA com um terço das suas importações de óleo, a maioria dos seus imigrantes e quase toda a cocaína que consome. Os líderes latino-americanos querem saber se Washington vai agora falar a sério sobre política de energia, integração econômica, imigração e tráfico de drogas. O NYT propõe acabar com o embargo sobre Cuba e aproveitar o enfraquecimento de Chávez com políticas ativas de ajuda envolvendo também Nicarágua, Honduras e toda a região. Finalmente, pede tarifa zero ao etanol brasileiro.

O relatório do National Intelligence Council, preparado a cada quatro anos pelo núcleo duro do *establishment* de segurança dos Estados Unidos está pronto para ser entregue a Obama e diz que “o país ainda joga um papel proeminente nos eventos globais”, dramática diferença com o anterior, que falava numa contínua dominância dos EUA. A tendência geral da intelectualidade do país é o chamado “new declinism” – a sensação de que a mais poderosa nação do mundo está em declínio. O oposto da agressiva confiança dos anos Bush e do momento unipolar. Três razões principais são apontadas: Iraque e Afeganistão são a certeza de que a supremacia militar não se converte automaticamente em vitória política; o crescimento da China e da Índia como novos atores de peso; e a percepção vinda da crise de que os EUA estão vivendo acima de suas possibilidades e de que há alguma coisa errada no modelo americano. O respeitado general Brent Scowcroft declarou outro dia: “O exercício do nosso poder nos revelou que ele é efêmero”. No livro

de Fareed Zakaria, que consta ter sido o único sobre política externa lido por Obama em 2008, ele conclui que os anos Bush foram o apogeu do poder americano. Richard Haass, *Chairman* do Council on Foreign Relations é enfático: “O momento unipolar dos Estados Unidos se foi”. No entanto, William Wohlforth adverte que já houve outros momentos de crise de confiança seguidos de recuperação, como após a derrota no Vietnã.

O fato é que, salvo crise político-social de grandes proporções na China, a estagnação dos próximos anos trará definitivamente uma mudança de patamar no poder chinês. Nada ainda para ameaçar a hegemonia norte-americana. Mas com China crescendo a 7%, Europa e Japão estagnados e EUA a passo de cágado, em cinco anos, os chineses terão um PIB de US\$ 5 trilhão, tendo ultrapassado largamente França, Inglaterra e Alemanha e, ligeiramente, o Japão, transformando-se na segunda maior economia do mundo. Só que os Estados Unidos ainda estarão com US\$ 15 trilhão, três vezes mais que a China!

Assim, gostemos ou não, teremos de continuar convivendo com a hegemonia norte-americana. Mas ser hegemona é mostrar competência em fazer um discurso e praticar ações que, embora interessando mais ao próprio hegemona, possam ser compreendidos pela comunidade internacional como interessando razoavelmente a todos. Conforme já lembramos, do “voamos mais alto e sabemos o que é melhor para o mundo” de Madeleine Albright (na era Clinton) ao “quem não está conosco está contra nós” do fundamentalista Rumsfeld (nos tempos de Bush), houve uma escala imensa da hegemonia em direção a uma quase tirania. O que nos resta é cobrar da potência norte-americana o exercício de uma hegemonia benévola que leve cada vez mais a consensos multipolares que aliviem as tensões mundiais e gerem condições de governabilidade sistêmica. Esse é o grande desafio e o papel esperado do governo de Obama.

Depoimento ao Museu da Pessoa*

Gilberto Dupas

“O sistema, a organização de força, de poder existem e a única forma, ou talvez a melhor forma de tentar alterá-lo é de algum modo vivê-lo, participar dele, desde que você consiga manter a razão crítica, a capacidade crítica e a independência, que nem sempre é fácil, na maioria das vezes é quase impossível”, diz Dupas. Foi atuando dessa forma em todas as suas experiências profissionais, mas sobretudo em bancos de investimentos do setor privado, que ele adquiriu o conhecimento necessário para desenvolver sua teoria.

“O que escrevo, por exemplo, hoje sobre a lógica global do capital, e com uma originalidade bastante especial, seria impossível de ser feito se eu não tivesse vivido experiências profissionais e executivas no mundo do capital. Entendendo sua lógica, vivendo sua lógica e tentando ao mesmo tempo em que cumpria essa lógica, porque era exigência profissional, manter uma visão crítica e independente, de tal forma que eu pudesse a qualquer momento sair disso”, declarou aos entrevistadores Karen Worcman e Mauro Malin.

A envolvente história de Dupas, fã do planejamento e da pesquisa, filósofo da globalização e empreendedor intelectual que criou o Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Internacional (Gacint) e o Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), pode ser lida no site do Museu da Pessoa (<http://www.museudapessoa.net/MuseuVirtual/hmdepoente/depoimento-Depoente.do?action=ver&idDepoente>).

Seguem alguns trechos do depoimento.

Desconstruir discursos hegemônicos

“Eu não tenho nenhum fascínio sobre as tecnologias, nenhum. As tecnologias são muito sedutoras, fazem parte da lógica essencial do capital, que é basicamente obsolescência, tornar os produtos velhos para poder criar novos e, assim, continuarem gerando a máquina da acumulação e tal, essa é a lógica do capitalismo global, né? Mas não tenho nenhum fascínio pela tecnologia, nada na tecnologia me fascina. Eu olho, acho interessante, confortável às vezes, né? É muito perigoso pelo seu papel sedutor.

(...) esse distanciamento crítico, que acho que foi, inclusive, a origem do meu pensamento, das coisas que escrevi e refleti, justamente a retomada de uma razão crítica sobre um discurso

* O depoimento de Gilberto Dupas ao Museu da Pessoa, em 28 de agosto de 2008, é um roteiro para decifrar o pensamento desse engenheiro de produção que refletiu profundamente sobre a lógica global do capital.

hegemônico, que é a lógica da sociedade em que a gente vive e que é fundamentalmente a lógica do capital e não há porque não ser assim, é assim que a economia funciona é assim que as relações de poder funcionam. E é assim que a sociedade é e, se a gente pode dar alguma contribuição como intelectual, acho que hoje o intelectual é aquele que é capaz de desconstruir os discursos hegemônicos, do tipo: “Se eu tiver um novo celular, serei um pouquinho mais feliz”, para outros muito mais complexos e sofisticados, que a nossa sociedade midiática de massa está nos colocando a cada momento, como sendo objetivos de vida que não são, são objetivos de uma lógica econômica que existe e que precisa existir para tocar as coisas pra frente, mas torna os cidadãos realmente, em grande parte, expectadores, ativos passivos, porque eles são ativos de uma intenção que não é deles, de uma lógica que não é deles. Acho que essa tensão entre a realidade e a reflexão crítica só existe se você olha a realidade e faz um diagnóstico profundo dela com bastante, digamos, isenção, bastante cuidado, senão é preconceito, não é análise crítica, então isso é uma questão difícil.”

Responsabilidade com o mundo e produção intelectual

“(…) tive uma fase profissional em que fui muito bem-sucedido e que, portanto, podia acumular condições financeiras para poder depois na parte final da minha vida fazer o que faço hoje, dedicando-me exclusivamente à questão intelectual. Mas por mais que eu analise essa questão, continuo achando que a única maneira como consigo conceber a vida é impregnando os gestos e as ações da gente de significados e os significados exigem valores. Tem uma discussão do [Norberto] Bobbio, naquele seu livro importante *Destra e sinistra, esquerda e direita*, que ele diz assim: “Afinal, neste mundo já global, o que define esquerda e direita? O que é essa caixa esquerda? É uma caixa vazia, o que tem aí?”. Ele conclui e diz o seguinte: “Acho que ainda há uma diferença nítida entre esquerda e direita. O homem de direita acha que a sociedade é como ela é, que as pessoas são como são porque nasceram assim e muito pouco há o que fazer. O homem de esquerda é aquele que olha pra sociedade e diz assim: “Ela poderia ser um pouco mais justa e acho que eu posso ter uma pequena contribuição a dar”. Este DNA, curioso, que evito permanentemente classificar como qualidade mas sim como característica, é o meu motor, quer dizer, quando resumo, digamos, a minha motivação que me leva à produção intelectual, livros, artigos, vem muito essa imagem do Bobbio, é quase uma necessidade imperiosa de se sentir alguém que pode ajudar a melhorar um pouco o mundo, mas é preciso transitar com muito cuidado sobre isso, porque acho que aí existe também uma questão egóica e de onipotência, por isso que faço o possível pra sempre me lembrar, isso não é qualidade, é característica, é um jeito de funcionar a partir da tua história e tal. De um lado é isso, do outro lado os afetos, as relações pessoais.”

Imortalidade

Eu definitivamente não acredito na imortalidade; acho que imortalidade, vida eterna, no sentido que a sociedade encara, pra mim não existe. Mas, por outro lado, acredito profundamente na imortalidade no sentido de que quando você vai, ficam os teus gestos, as tuas relações, as tuas palavras, as pessoas com quem você conversou, a tua marca fica, isso é eterno, eterno e se transforma, se modifica; mas a tua inserção na história do mundo está dada, tenha sido você o que você

foi, um crápula, um santo, um herói, um bandido, você teve relações, você teve ações que prejudicaram, ajudaram. Uma ação nunca é neutra, um pensamento nunca é neutro. Então, as marcas de cada um, de qualquer pessoa, são imortais, da pessoa mais simples, ela teve relações, ela interagiu, ela teve ações ou omissões e, portanto, ela marcou o mundo de alguma forma. Isto fica pra sempre como parte da história do mundo, da civilização, então a minha visão de imortalidade é essa. Talvez, por uma questão egóica eu gostaria de ser, de minhas marcas serem um pouco mais profundas do que de vários outros, e talvez por isso é que isso aparece como um peso do meu motor pessoal. Acho que isso deve impregnar o significado, porque nós estamos aqui conversando, trocando ideias sobre vida, impregnando de significado esta conversa.”

Liberdade

“(....) uma outra questão interessante é um pouco a discussão da liberdade, alguém diz: “Pô, mas você está falando de coisas teóricas, as pessoas têm liberdade pra isso, têm condições pra isso, têm tempo pra isso?”. O sujeito hoje de classe média baixa, classe média, chega em casa no fim do dia absolutamente exaurido, o que ele quer mesmo é ver uma novelinha da Globo, ver a revista Caras, você não está colocando exigências; acho que a gente perdeu a dimensão da liberdade. Liberdade não é poder comprar um novo celular, isso pra mim é ausência de liberdade, isso é armadilha. Quem discute isso muito bem é o velho Sartre, em *A idade da razão*; por exemplo, ele passa o livro todo discutindo com pequenos gestos os espaços de liberdade de cada um. Um dos heróis do livro tem um gato no apartamento dele que enche a paciência, que ele herdou de não sei quem e ele não aguenta mais aquele gato. Ele põe aquele gato numa gaiola de arame e passa o dia andando ao lado do Sena dizendo: “Jogo ou não jogo esse maldito gato no Sena?”, ele estava exercendo o seu espaço de liberdade, jogo ou não jogo. “Aborto ou não aborto?” São dimensões de liberdade, todo indivíduo, na minha opinião, todo indivíduo tem a cada momento condições de pequenos atos de liberdade. “Compro este produto ou aquele? Porque eu gosto mais ou porque esse aqui, eventualmente, é feito de um produto não-transgênico ou tem uma embalagem que é biodegradável?” São pequenos gestos e acho que o ser humano pode ser ator o tempo todo, por mais que pense que ele possa ser escravo ou por mais que ele aja já como escravo, submetido, por exemplo, à uma mídia global que é absolutamente massacrante e condicionante da criação dos objetos de desejo, que é o que move um pouco a dinâmica da lógica do capitalismo. Se as pessoas pudessem perceber que seus pequenos gestos podem ter significados e que para isso ela precisa pensar e ter valores, ou construir valores, para fazer do jeito A ou do jeito B, pra ir ao cinema ou ficar em casa conversando com seu filho, porque ele não está bem hoje, gestos muito simples e tal. Acho que as pessoas retomariam um pouco a sua inserção como cidadãos que constroem o mundo, sujeitos da história – isso é uma questão muito importante, ser sujeito da história não precisa ser Napoleão ou Obama, basta ser o indivíduo que reflete antes de fazer”.

Religiões

“Penso muito como Freud, as religiões têm e sempre terão um papel fundamental na história humana, porque o viver é tão penoso, a existência é tão dura que os homens não aguentam fazer essa trajetória só, enfrentar a dureza da vida, do cotidiano, do sofrimento que esteve sempre presen-

te na história humana, na minha opinião, que não é só minha (eu estou bem acompanhado), é a gênese das religiões. As religiões sempre tiveram uma função fundamental na civilização, que é dar suporte ao homem para que ele aguentasse esta vida difícil, penosa, contraditória que é a vida humana. Pra mim um grau de liberdade que não sinto no direito de exigir de ninguém, porque esta é uma questão absolutamente pessoal, é conseguir enfrentar essas coisas da vida sem ter de inventar um deus –, aquele mesmo Deus que serve para o indivíduo que não embarcou naquele avião que caiu agora pouco e dizia “Deus me salvou”, serve para que se o filho dele tivesse morrido dizer “Foi porque Deus quis”. É o mesmo Deus, é o Deus que de alguma forma ampara o sofrimento profundo que é a vida de todos nós. Freud analisa isso pelo lado da loucura, quer dizer, pra maioria da humanidade este amparo é uma alternativa à loucura e, portanto, é precioso, é importantíssimo, é fundamental. Por outro lado, a religião pode ser uma prisão no momento em que você transfere o seu grau de liberdade para uma crença que você não pode questionar e para basicamente os deveres que esta crença lhe impõe, não porque você acredita nela, mas porque existe uma crença, isso quando esta crença não é usada para manipulação, para arrecadação financeira ou para justificação de atos de extermínio, que a história está cheia, a começar das Cruzadas e vai aí para frente. Nós conhecemos isso muito bem, quem estuda História. Na minha opinião, tira das religiões a suprema importância que elas têm para sustentar a alma humana. Agora, não faz, na minha maneira de ver das religiões, vamos dizer, dogmas de fé que parem em pé, porque na minha maneira de ver a maneira mais rica de enfrentar essa dor, esse sofrimento e essa angústia de viver seria enfrentar sem ter necessariamente uma crença ou um deus nas costas. Exigir isso de alguém é muito, é muito, mas ter isso como uma colocação teórica e tentar isso, porque não? Agora, tenho um profundo respeito por aquelas pessoas que conseguem viver essa vida muito penosa, muito difícil, que é a vida de cada um de nós, as perdas, os sofrimentos, principalmente o acaso, o imprevisto. O Izuzquiza, que é um filósofo espanhol contemporâneo do que eu gosto muito, diz o seguinte: “A gente pensa que a vida é construída sobre aquilo que a gente planeja. A vida é construída inteira sobre o acaso e sobre os imprevistos, de bom e de mal”.

Impacto da lógica global na civilização

“Cada vez mais foi ficando claro pra mim que o que me interessava mesmo era tentar produzir uma reflexão mais organizada sobre esse mundo global, nas suas vertentes mais política, social e econômica, efeitos desse mundo global, especialmente os efeitos sobre as pessoas do chamado modelo único. Até a queda do Muro de Berlim vivíamos uma utopia curiosa; um estudioso disse isso num artigo que eu estava selecionando outro dia para incluir nos principais artigos dos 16 anos da revista *Política Externa*, da qual sou editor. É um artigo de uns 15 anos atrás em que ele dizia que um pouco antes do Muro tanto o capitalismo quanto o comunismo tinham a seguinte vantagem em dizer o seguinte: “Quando eu for o vencedor, implantarei a minha utopia”. Como não havia um vencedor ninguém tinha a responsabilidade de implantar a sua utopia, porque existia um outro atrapalhando. No momento em que o Muro caiu acabou essa brincadeira, e o capitalismo global teria teoricamente de mostrar que a lógica do capital e dos mercados realmente causaria uma promoção geral da humanidade, do meio ambiente, do equilíbrio. Como está longe disso, evidentemente, a lógica global e o impacto dela na civilização, caminhamos para impasses muito sérios, a questão ambiental é tipicamente um deles e talvez o mais grave de todos. Nós caminhamos para impasses definitivos nessa área, porque a lógica do sistema econômico, a

própria lógica dele que é a nossa vitalidade, porque é o único sistema disponível, e temos de ser práticos, né? É a própria lógica que gera fundamentalmente o impasse ambiental, o sucateamento contínuo dos produtos para poder ser renovado por outros, a questão da incorporação da China dentro desse processo, a primazia ao lucro, tudo isso é que leva a isso. Então, na realidade, sobrou ao capitalismo global dizer: “Qual é a alternativa? Como não há alternativa, eu sou a alternativa”. Essa é uma questão perigosa porque, vamos dizer, elimina o espaço da reflexão crítica e a utopia fundamental, a utopia fundamental existe em reflexões interessantes”.

Utopia

“Escrevi um artigo sobre utopia recentemente no qual, parafraseando um poeta importante, eu dizia: “Pra que serve a utopia? Cada vez que você caminha um passo ela se afasta um passo. Caminha mais um passo, ela se afasta outro passo. Pra que serve a utopia? A utopia serve justamente pra caminhar, sem ela não se caminha”. Nós não temos mais utopia, bem ou mal, com todas as idiossincrasias e as tragédias do regime comunista que já existiam quando a gente ainda não sabia, ele fazia essa função tão preciosa, preciosíssima e serviu de barganha para muitas questões de equilíbrio também de poder, hoje nós não temos mais. Então a minha produção intelectual veio muito pra tentar preencher esse espaço, o intelectual como desconstrutor do discurso hegemônico e a tentativa de ver os efeitos desse discurso único, dessa civilização de um modelo só. Foi aí que voltei à universidade, fundei um grupo de reflexão sobre questões internacionais na USP há 12 anos, o Gacint, o Grupo de Conjuntura Internacional, que esteve primeiro no Instituto de Estudos Avançados, do qual eu fazia parte do conselho. Depois foi pra Reitoria e hoje está no Instituto de Relações Internacionais. Coordeno esse grupo já há 12 anos, e fundei um Instituto, o Instituto de Estudos Econômicos Internacionais.”

Sistema capitalista e futuro da sociedade

“Eu não me julgo pessimista, eu me julgo realista, eu acredito que, primeiro, houve claramente um *downgrade* civilizacional. A nossa geração entrega pra geração de nossos filhos, na minha opinião, um mundo pior do que recebeu. Isto é uma questão pra mim muito grave, muito complexa, de certo modo a nossa geração fracassou. Veja o drama do emprego hoje, veja o que é a possibilidade de um jovem hoje. Vejo pelos meus filhos, por todos, a possibilidade de um jovem hoje ter um emprego digno, o que significa um emprego com carteira assinada, com horário de descanso, com a internet ou o celular não atropelando seus fins de semana senão você pode perder o emprego, e um emprego que tenha alguma capacidade de ter uma produção criativa. O emprego no mundo hoje que mais, digamos, cresce para jovens é o motoboy e operador de telemarketing, e os fritadores de batata no McDonald’s. Esses são os empregos que mais crescem no mundo hoje, e aí tenho as estatísticas todas, isso é algo que discuto. O emprego digno, a aposentadoria digna, tudo isso se foi, e acho isso uma questão muito complexa. A gente discute muito isso no Instituto, um dos nossos projetos sobre a questão ambiental é quais são os cenários futuros possíveis desta clara progressão da degradação ambiental, embora a lógica do capital a todo o momento queira desqualificar esse discurso. Há um impasse civilizacional que significa cortar do futuro da humanidade algumas gerações porque a Terra se tornou inabitável; quais são os cenários? O primeiro cenário é o sistema único, que é a lógica do capital ter suficiente autocritica pra

fazer uma autorregulação, e ela por si própria começar de fato a se preocupar em mudar a lógica da produção, liquidar a primazia do automóvel. Você vê hoje o discurso dos presidentes das empresas automobilísticas, eles dizem que só sobreviverá daqui a dez anos as empresas automobilísticas que forem capazes de produzir o carro de 2 mil dólares, primazia absoluta do transporte individual, isso é o caminho para o caos. Terá o capitalismo global o suficiente pra fazer sua autorregulação e mudar sua própria lógica de produção? É uma primeira questão. Terá o que sobrou de Estado e de instituições públicas autoridade pra regular o setor privado que hoje financia, basicamente, boa parte do setor público, da própria universidade, com seus projetos de pesquisa dentro das suas definições tecnológicas? Existe uma terceira alternativa que vários cientistas sérios hoje, por incrível que pareça, perseguem. E é justamente a chamada civilização pós-humana, o homem-robô, pleno de próteses com nanotecnologia e próteses as mais variadas que lhe permitirão, entre outras coisas, fazer as viagens espaciais, e serão poucos que as poderão fazer.”

Geração de homens-robôs

“Esse terceiro cenário que, incrivelmente, alguns cientistas sérios e respeitáveis consideram, é justamente de caminharmos pra uma geração de homens-robôs, a discussão das nanotecnologias são muito típicas disso, com próteses complexas que lhes permitam ter resistência suficiente pra poder empreender as viagens espaciais e buscar um outro planeta para poluir, deixando aqui evidentemente, porque isso não será uma solução pra todos, provavelmente mais um processo de, digamos, seleção natural daqueles que não tiverem esta competência. Alguns desses cientistas dizem até que isto é um dever civilizatório, porque na realidade o homem tem o dever de se perenizar no mundo, se não puder ser na Terra, que seja em outro planeta; enquanto isso nós matamos o nosso único planeta azul aqui pelo exercício de uma lógica de um sistema econômico único, que para garantir a ascensão de chineses, por exemplo, com toda a justiça diz: “Agora é chegada a minha vez de melhorar um pouco a minha vida”, é obrigado com os métodos de produção que estão aí, que a China aderiu pra ser um sócio fundamental deste modelo, a gerar uma exaustão dos recursos naturais, um aquecimento global e uma geração de resíduos químicos que, entre outras coisas, geram epidemias clássicas de doenças pós-globais como os cânceres.”

Câncer, epidemia sistêmica

“Os cânceres hoje são epidemias sistêmicas e, vejam só que coisa interessante, causadas muitas vezes por essas tecnologias poluentes, que estão aí nos pesticidas, nos alimentos contaminados, no ar que se respira, que daqui a pouco vai ter de ser vendido engarrafado, como a água já é. Essa mesma tecnologia que provoca uma boa parte dessas doenças ao mesmo tempo prolonga a vida das pessoas e diz: “Posso saber lidar com elas”. Há um custo extremamente elevado que é o custo não só da velhice de indivíduos, que tem a sua vida aumentada com o sofrimento perene de uma doença crônica que precisa ser tratada, ou com programas de aposentadoria cada vez mais restritos de um lado, ou com saídas tecnológicas para o prolongamento da vida, que significa custos absolutamente incompatíveis com os sistemas públicos universais de saúde. Um tratamento de câncer avançado custa dez, 12 mil reais por mês, é um impasse claro para sistemas públicos em geral. Então, eu diria que este terceiro cenário é um cenário extrema-

mente complexo e acho que meu dever transformado em motivação é de, entre outras pessoas que pensam assim, não deixar que o discurso único fique, mas provocar algum distúrbio, alguma pequena reflexão crítica para eventualmente, digamos, ajudar na direção que me parece uma direção mais propícia a um mundo que seja, senão mais justo, pelo menos perene no sentido reducionista dos princípios kantianos, que é o que diz o Hans Jonas, por exemplo, um filósofo alemão: “Como não podemos ter objetivos maiores, pelo menos que a nossa obrigação seja manter o mundo habitável para que as gerações futuras possam exercer a sua vida, o seu privilégio de vida e possam eventualmente mudar para um mundo melhor”. É o chamado Princípio da Responsabilidade do Hans Jonas. Já desejamos muito mais no passado, hoje desejamos apenas conseguir manter o mundo habitável, digamos aqui entre nós, é um objetivo muito pequeno, muito modesto, não é algum objetivo do qual uma civilização industrial pós-global capaz de gerar produtos eletrônicos e tecnologias com esta espantosa inovação, possa se orgulhar, é muito pouco. Acho que esta contracorrente do discurso hegemônico é hoje alguma coisa que me motiva bastante, é a minha motivação.”

Sociedade não é consultada sobre vetores tecnológicos

“(…) A civilização humana não está destinada a um patamar superior de liberdade, de autonomia, de desenvolvimento individual. Ela não está destinada a nada; na realidade, os graus de liberdade são muito maiores do que se imagina, e a gente não percebe. Quer dizer, pegar os vetores tecnológicos hoje que geram os produtos de consumo que estão aí: em algum momento a sociedade foi consultada pra dizer: “É fundamental o celular, o telefone celular?”. Há uma diferença qualitativa fundamental, entre esta fase em que todos se comunicam obsessivamente e que, terminado o pouso de um avião ou a luz de um cinema acendendo todos obsessivamente abrem seus celulares pra dizer: “Quem no mundo quis falar comigo nestes últimos trinta minutos?” – tem alguma importância efetiva nisso? Isso muda de qualidade o ser humano e a relação dele com relação à situação anterior, bem mais anterior, em que você se comunicava magnificamente por cartas que precisavam ser escritas e que hoje são acervos de troca de pensamento, e que demoravam cinco dias pra chegar? Há uma dimensão qualitativa fundamental na qualidade do ser humano? Eu não acredito. Há recursos tecnológicos que mudaram a maneira pelas quais as pessoas operam, veja o computador e a escrita. Freud escreveu toda a sua obra à mão, todos os grandes escritores do século passado também. Computador ajuda? Claro que ajuda, ajuda, ajuda também a copiar mais, ajuda também a diminuir a qualidade do pensamento original, mas ele também ajuda, eu também uso computador, mesmo porque se não usasse seria inviável hoje em dia, para o tempo necessário de uma produção intelectual, mas muda a qualidade do ser humano? Não. No entanto, a sociedade civil nunca é consultada para dizer: “Escuta, o vetor tecnológico de produção deve ir por aí ou deve ir por aqui?”. Hoje a tecnologia é absolutamente disponível para ter transporte de massa de alta qualidade, ter transportes individuais moderados e com outros recursos que não o petróleo. Não foi por aí por causa de lógicas de outra natureza, sistêmicas que são muito profundas, típico da TV de plasma, tela plana, essas coisas todas. Quer dizer, e a geração de detritos que contaminam brutalmente o meio ambiente? A partir daí é terrível, existem estatísticas inúmeras em nossas pesquisas. O cidadão europeu hoje descarta quilos de produtos eletrônicos por ano em uma quantidade imensa, crescente em produção geométrica, todos eles causando profunda poluição ambiental, aqui e na exaustão dos recursos naturais lá embaixo, na origem,

recursos que são em grande parte produzidos nos países da periferia. O Brasil é hoje um dos maiores exportadores de água do mundo, porque o produto que ele exporta, que são *commodities*, exige uma quantidade imensa de água que a Europa não tem. Deveríamos reservar essa água pra nós, preservá-la para o futuro? É uma discussão que não se coloca, não se coloca. É preciso produzir mais, o PIB precisa crescer. Essa reflexão não se faz então, acho que é obrigação minha, por exemplo, insistir em fazê-las; isto é uma motivação, é uma motivação um pouco onipotente, razoavelmente onipotente, mas isso simplesmente significa uma produção intelectual que está aí, alguns livros, use-os quem quiser, acho que faço a minha parte.”